



**MERCANTIL**

Corretora S.A.  
Câmbio, Títulos e  
Valores Mobiliários

# Demonstrações Financeiras Individuais

Dezembro de 2024

**Senhoras e Senhores Acionistas:**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.

**CONJUNTURA ECONÔMICA**

Em 2024, a expansão do PIB foi da ordem de 3,5%, ante 3,2% em 2023. Contudo, o cenário econômico foi caracterizado pelo recrudescimento de pressões inflacionárias, motivando a elevação da taxa de juros Selic de 10,50% ao ano em agosto de 2024 para 12,25% ao final do exercício. Nesse cenário, o Ibovespa registrou queda de 10,36%. Quanto às perspectivas, projeções recentes indicam crescimento da ordem de PIB de 2,1% em 2025.

**Contexto Corporativo e Desempenho Operacional**

A Mercantil do Brasil Corretora é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. e tem por objeto, dentre outras atividades, a administração de fundos de investimentos, intermediação de negócios e prestação de serviço de escrituração e custódia de títulos e valores mobiliários.

Para os negócios em bolsa de valores, a Instituição dispõe de tecnologia com alto desempenho, tanto em relação à performance quanto à segurança dos aplicativos. Possui dois tipos de serviços: o *Home Broker* e Mesa de Operações. O *Home Broker* é operacionalizado através da internet. A Mesa de Operações dispõe de equipe de profissionais experientes, com certificação do Programa de Qualificação Operacional em Operações da B3."

O gerenciamento da estrutura de capital, o cálculo dos limites operacionais e o gerenciamento dos riscos são centralizados no Controlador, em conformidade com as normas em vigor. O índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 18,1%, perante mínimo requerido de 10,5%, já considerado o adicional de capital principal.

O ativo total é de R\$ 26,2 milhões e está na sua maior parte representado por disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, que perfazem o montante de R\$ 21,3 milhões. Os passivos circulante e não circulante somam R\$ 4,3 milhões e estão representados, basicamente, por depósitos, outros passivos financeiros e provisão para outros passivos. O patrimônio líquido posicionou-se em R\$ 21,9 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 83 mil.

A Mercantil do Brasil Corretora informa que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes prestou exclusivamente serviços de auditoria externa.

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos da Mercantil do Brasil Corretora S.A.

Belo Horizonte, fevereiro de 2025.

Administração



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Mercantil do Brasil Corretora S.A. -  
Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

---

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Corretora e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Corretora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2025

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5



Luís Carlos Matias Ramos  
Contador CRC 1SP171564/O-1

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023  
Em R\$ Mil

<b>A T I V O</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	3	120	109
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>22.619</b>	<b>25.422</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	3.684	4.067
Títulos e Valores Mobiliários	5	17.529	18.245
Carteira Própria		648	2.752
Vinculados à Prestação de Garantias		16.881	15.493
Outros Ativos Financeiros		1.406	3.110
<b>ATIVOS FISCAIS</b>		<b>497</b>	<b>498</b>
Correntes	6.1	398	392
Diferidos	6.2	99	106
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>2</b>	<b>44</b>
Despesas Antecipadas		2	44
<b>OUTROS ATIVOS</b>	7	2.803	2.867
<b>INVESTIMENTOS</b>	8	120	120
Outros Investimentos		1.536	1.303
(Provisões para Perdas)		(1.416)	(1.183)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>26.161</b>	<b>29.060</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>2.428</b>	<b>5.426</b>
Depósitos	9	1.022	2.317
Outros Depósitos		1.022	2.317
Outros Passivos Financeiros		1.406	3.109
<b>PROVISÕES</b>		<b>1.603</b>	<b>1.423</b>
Provisão para Outros Passivos	10.a	1.603	1.423
<b>PASSIVOS FISCAIS</b>		<b>53</b>	<b>151</b>
Correntes		53	150
Diferidos		-	1
<b>OUTROS PASSIVOS</b>		<b>160</b>	<b>225</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11	<b>21.917</b>	<b>21.835</b>
Capital Social	11.1	24.938	24.938
Outros Resultados Abrangentes		-	1
(Prejuízos) Acumulados		(3.021)	(3.104)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>26.161</b>	<b>29.060</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em R\$ Mil

	Nota	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.147</b>	<b>2.269</b>	<b>2.631</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.c	1.147	2.269	2.631
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.147</b>	<b>2.269</b>	<b>2.631</b>
<b>PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		-	-	-
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.147</b>	<b>2.269</b>	<b>2.631</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(1.058)</b>	<b>(2.142)</b>	<b>(1.819)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	503	1.330	4.170
Despesas de Pessoal	12.2	(554)	(1.574)	(3.870)
Outras Despesas Administrativas	12.3	(824)	(1.687)	(1.820)
Despesas Tributárias	12.4	(84)	(197)	(449)
Outras Receitas Operacionais		103	212	220
Outras Despesas Operacionais		(121)	(122)	(8)
Reversões / (Despesas) de Provisões	12.5	(81)	(104)	(62)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>89</b>	<b>127</b>	<b>812</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	-
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>88</b>	<b>126</b>	<b>812</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>6.3</b>	<b>(35)</b>	<b>(43)</b>	<b>(211)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(17)	(21)	(121)
Provisão para Contribuição Social		(18)	(22)	(90)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>53</b>	<b>83</b>	<b>601</b>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (em reais)</b>				
Ações ordinárias		0,0003	0,0005	0,0036
Ações preferenciais		0,0003	0,0005	0,0036
<b>LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍDO (em reais - R\$ mil)</b>				
Ações ordinárias		45	70	509
Ações preferenciais		8	13	92
<b>Número de Ações em Circulação - básico e diluído</b>				
Ações ordinárias		141.357.195	141.357.195	141.357.195
Ações preferenciais		25.560.775	25.560.775	25.560.775

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ Mil

	<b>2º Semestre 2024</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>53</b>	<b>83</b>	<b>601</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>
<b>ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>
Títulos Disponíveis para Venda - Próprios	(2)	(2)	1
Efeito Fiscal	1	1	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>52</b>	<b>82</b>	<b>602</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em R\$ Mil

	CAPITAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>24.938</b>	-	<b>(3.705)</b>	<b>21.233</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	1	-	1
Lucro Líquido do Período	-	-	601	601
<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>	<b>24.938</b>	<b>1</b>	<b>(3.104)</b>	<b>21.835</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>601</b>	<b>602</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>	<b>24.938</b>	<b>1</b>	<b>(3.104)</b>	<b>21.835</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(1)	-	(1)
Lucro Líquido do Período	-	-	83	83
<b>SALDOS EM 31/12/2024</b>	<b>24.938</b>	-	<b>(3.021)</b>	<b>21.917</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>83</b>	<b>82</b>
<b>SALDOS EM 30/06/2024</b>	<b>24.938</b>	<b>1</b>	<b>(3.074)</b>	<b>21.865</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(1)	-	(1)
Lucro Líquido do Período	-	-	53	53
<b>SALDOS EM 31/12/2024</b>	<b>24.938</b>	-	<b>(3.021)</b>	<b>21.917</b>
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>53</b>	<b>52</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto**

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em R\$ Mil

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	88	126	812
<b>Ajustes ao Lucro antes dos Impostos</b>	<b>50</b>	<b>45</b>	<b>(8)</b>
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	81	105	64
Atualizações Monetárias Ativas	(31)	(60)	(72)
<b>Lucro Ajustado</b>	<b>138</b>	<b>171</b>	<b>804</b>
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	1.335	715	(2.029)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	-	-	21
Redução (Aumento) em Outros Créditos	1.943	1.829	3.819
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	70	42	(43)
Aumento (Redução) em Depósitos	(509)	(1.295)	(5.153)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(1.970)	(1.776)	2.042
<b>Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações</b>	<b>1.007</b>	<b>(314)</b>	<b>(539)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4)	(58)	(168)
<b>Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>1.003</b>	<b>(372)</b>	<b>(707)</b>
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.003</b>	<b>(372)</b>	<b>(707)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	2.801	4.176	4.883
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.804	3.804	4.176
<b>AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>1.003</b>	<b>(372)</b>	<b>(707)</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Para o 2º Semestre de 2024 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
Em R\$ Mil

	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>1.547</b>	<b>3.579</b>	<b>6.946</b>
Intermediação Financeira	1.147	2.269	2.631
Prestação de Serviços	503	1.330	4.170
Outras	(103)	(20)	145
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	-	-	-
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(824)</b>	<b>(1.687)</b>	<b>(1.820)</b>
Serviços de Terceiros	(152)	(309)	(412)
Outros	<b>(672)</b>	<b>(1.378)</b>	<b>(1.408)</b>
Processamento de Dados	(522)	(1.041)	(1.026)
Serviços do Sistema Financeiro	(42)	(67)	(38)
Outros	(108)	(270)	(344)
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>723</b>	<b>1.892</b>	<b>5.126</b>
<b>5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-	-	-
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>723</b>	<b>1.892</b>	<b>5.126</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	-	-	-
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>723</b>	<b>1.892</b>	<b>5.126</b>
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>723</b>	<b>1.892</b>	<b>5.126</b>
Pessoal	<b>477</b>	<b>1.335</b>	<b>3.281</b>
Remuneração Direta	307	982	2.674
Benefícios	149	307	333
F.G.T.S.	21	46	274
Impostos, Taxas e Contribuições	<b>193</b>	<b>474</b>	<b>1.244</b>
Federais	174	418	1.053
Municipais	19	56	191
Remuneração de Capitais Próprios	<b>53</b>	<b>83</b>	<b>601</b>
Lucros Retidos do Período	53	83	601

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.*

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários (Corretora) é controlada pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza as suas atividades operacionais mediante a intermediação de operações em bolsa de valores, podendo, também, comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários, por conta própria ou de terceiros, e encarregar-se da administração de fundos de investimento, carteiras de valores e da custódia de títulos e valores mobiliários, dentre outras atividades previstas em seu Estatuto Social. A sede da Corretora está localizada na Rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresentada como informação suplementar para fins de atendimento ao Banco Central do Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria da Corretora em 13/02/2025.

### 2.2. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

#### a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**b) Instrumentos Financeiros****• Classificação e mensuração dos ativos financeiros para fins de apresentação**

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- **Títulos para negociação** – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos, na data da negociação, no resultado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

**• Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 14.b.

- **Nível 1:** são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

**c) Impostos e Contribuições****- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

**- Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de

adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% em conformidade com a Medida Provisória nº 1.034/21, convertida na Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

#### **d) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

#### **e) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis e tributárias, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

#### **f) Lucro / Prejuízo por ação**

O Lucro / Prejuízo por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício.

A Corretora não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2024 e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

#### **g) Juros sobre o capital próprio**

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20; os

juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

#### h) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas da Corretora, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

#### i) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** a Corretora avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, a Corretora exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** As contingências da Corretora são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

#### j) Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros

- Resolução CMN nº 4.966/21

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A norma está alinhada às normas internacionais de contabilidade da IFRS 9 e passará a vigorar a partir de 01/01/2025.

Conforme estabelecido pelo art. 78 da Res. CMN nº 4.966/21, a Corretora informa que não são esperados impactos da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Disponibilidades	120	109
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.684	4.067
<b>Total</b>	<b>3.804</b>	<b>4.176</b>

#### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	3.684	4.067
<b>Total – Circulante</b>	<b>3.684</b>	<b>4.067</b>

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

##### a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	Custo		Mercado	
	Dez / 2024	Dez / 2023	Dez / 2024	Dez / 2023
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>				
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	15.774	14.209	15.774	14.209
Letras Financeiras do Tesouro	1.755	4.034	1.755	4.036
<b>Total Contábil</b>	<b>17.529</b>	<b>18.243</b>	<b>17.529</b>	<b>18.245</b>
Circulante			15.774	17.406
Não circulante			1.755	839

##### b) Títulos e Valores Mobiliários por prazo

Vencimentos	Indeterminado	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 4 anos	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>					
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	15.774	-	-	-	15.774
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.755	-	1.755
<b>Total em 31/12/2024</b>	<b>15.774</b>	<b>-</b>	<b>1.755</b>	<b>-</b>	<b>17.529</b>
<b>Total em 31/12/2023</b>	<b>14.209</b>	<b>3.197</b>	<b>-</b>	<b>839</b>	<b>18.245</b>

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

##### c) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Os Resultados dos Títulos e valores mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários”, como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Rendas títulos e valores mobiliários	1.919	2.248
Rendas de aplicações no mercado aberto – Posição Bancada	350	383
<b>Total</b>	<b>2.269</b>	<b>2.631</b>

## 6. ATIVOS FISCAIS

### 6.1. Correntes – Impostos a Compensar

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
IRPJ/CSLL – repetição de indébito <sup>(1)</sup>	376	361
Impostos e contribuições retidos na fonte	22	31
<b>Total</b>	<b>398</b>	<b>392</b>
Circulante	22	31
Não circulante	376	361

<sup>(1)</sup> A Corretora é titular de valores a compensar a título de repetição de indébito sob amparo de ação judicial referente a exclusão na base de cálculo do IRPJ e CSLL de juros equivalentes a taxa Selic sobre valores reconhecidos de créditos judiciais já transitados em julgado.

### 6.2. Diferidos – Créditos Tributários

Os créditos tributários constituídos e registrados estão em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158–35/01, no montante de R\$ 99 (R\$ 106 em dezembro de 2023), decorrentes da aplicação da alíquota de 18% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. A utilização dos referidos créditos tributários está limitada à compensação até o limite de 30% do saldo da contribuição social a recolher, se houver. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e não estão sujeitos a limitação temporal de realização.

Com base na Resolução BCB nº 2/20 os créditos tributários passaram a ser apresentados integralmente no ativo não circulante.

Adicionalmente, a Corretora possui saldo de adições temporárias, bem como prejuízos fiscais e base negativa, sobre os quais não foram registrados créditos tributários e montam em R\$ 2.439 (R\$ 2.350 em dezembro de 2023).

### 6.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>126</b>	<b>812</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Alíquota 40%	(50)	(325)
Ajustes no cálculo dos tributos	7	114
<b>Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(43)</b>	<b>(211)</b>

### 7. OUTROS ATIVOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 10.b)	1.585	1.463
Pagamentos a Ressarcir <sup>(1)</sup>	1.155	1.117
Rendas a Receber	59	219
Outros	4	68
<b>Total</b>	<b>2.803</b>	<b>2.867</b>
Circulante	63	287
Não circulante	2.740	2.580

<sup>(1)</sup> Referem-se ao crédito da COFINS oriundos da ação judicial transitada em julgado em 06 de fevereiro de 2006, na qual a Corretora obteve êxito para deixar de pagar referido tributo sobre a base de cálculo estendida pela Lei nº 9.718/98. Desta forma, o ativo registrado corresponde à diferença entre a COFINS paga entre maio de 2002 e dezembro de 2005 sobre a base de cálculo estendida.

### 8. INVESTIMENTOS

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Títulos patrimoniais da Bolsa de Valores de Minas-Espírito Santo-Brasília	1.536	1.303
(-) Provisão para perdas	(1.416)	(1.183)
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>120</b>

### 9. DEPÓSITOS

Referem-se aos recursos disponíveis de clientes, enquanto não comprometidos em operações.

### 10. PROVISÕES

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- Fiscais: o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das provisões para outros passivos

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Provisões para riscos fiscais <sup>(1)</sup>	1.525	1.410
Provisões para processos trabalhistas	64	-
Provisões para processos cíveis	14	13
<b>Total – Não circulante</b>	<b>1.603</b>	<b>1.423</b>

<sup>(1)</sup>. Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- CSLL: Exações cuja exigibilidade suspensa está amparada por depósito judicial através do mandado de segurança que discute a inconstitucionalidade das disposições legais que instituíram a tributação discriminatória para as instituições financeiras.
- INSS: Questionamento de majoração da alíquota da Contribuição Previdenciária das instituições financeiras, prevista no artigo 22, § 1º da Lei nº 8.212/91 e Lei Complementar nº 84/96, alterada pela Lei nº 9.876/99.
- PIS: Questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.
- COFINS: Questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

b) Movimentação das provisões para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>1.410</b>	-	<b>13</b>	<b>1.423</b>
Constituições / (Reversões) - Vide nota nº 12.5.	38	65	1	<b>104</b>
Atualização monetária	1	-	-	<b>1</b>
Atualização de depósitos	76	(1)	-	<b>75</b>
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>1.525</b>	<b>64</b>	<b>14</b>	<b>1.603</b>
Depósitos judiciais - Vide nota nº 7	1.526	16	43	1.585

c) Passivos Contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. Na Corretora, não existem ações judiciais, classificadas como possíveis com base avaliação de seus consultores jurídicos externos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

O Capital Social de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Dez / 2024		Dez / 2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	141.357.195	21.540	141.357.195	21.540
Preferenciais	25.560.775	3.398	25.560.775	3.398
<b>Total do capital subscrito e integralizado</b>	<b>166.917.970</b>	<b>24.938</b>	<b>166.917.970</b>	<b>24.938</b>
Valor nominal em reais	0,1494		0,1494	

Conforme disposição estatutária, está assegurado ao acionista dividendo mínimo de 25,00% do lucro líquido de cada exercício social.

## 11.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

## 11.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos períodos não ocorreram provisão de Juros sobre Capital Próprio / Dividendos.

## 11.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

Descrição	Preferenciais	Ordinárias	Dez / 2024	Dez / 2023
Número médio e final de ações	25.560.775	141.357.195	<b>166.917.970</b>	<b>166.917.970</b>
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	13	70	<b>83</b>	<b>601</b>
Lucro básico por ação	0,0005	0,0005	<b>0,0005</b>	<b>0,0036</b>

## 12. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

### 12.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Administração de fundos de investimentos	231	2.272
Serviços prestados	229	683
Custódia	445	433
Tarifas bancárias	425	218
Outros	-	564
<b>Total</b>	<b>1.330</b>	<b>4.170</b>

### 12.2. Despesas de pessoal

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Proventos	595	1.350
Remuneração dos administradores	387	1.324
Encargos sociais	285	863
Benefícios	307	333
<b>Total</b>	<b>1.574</b>	<b>3.870</b>

### 12.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
Processamentos de dados	1.041	1.026
Serviços prestados – Ligadas <sup>(1)</sup>	251	294
Mensalidades e taxas de associações	155	265
Serviços de terceiros	57	118
Serviços do sistema financeiro	67	38
Outras	116	79
<b>Total</b>	<b>1.687</b>	<b>1.820</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu Controlador pela prestação de serviços diversos. Os referidos custos são apurados com base na carteira de ativos de liquidez limitados a um percentual da receita proveniente desta carteira (vide nota nº 13.1.).

### 12.4. Despesas tributárias

Referem-se, basicamente, as contribuições de PIS e COFINS calculadas sobre a receita bruta e ao ISSQN calculado sobre a receita de prestação de serviços.

### 12.5. Reversões / (despesas) de provisões

Refere-se, basicamente, à constituição das provisões para riscos fiscais e processos trabalhistas.

### 12.6. Resultados não recorrentes

Nos períodos, não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

## 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 13.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, condições e taxas compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Dez / 2024	Dez / 2023
<b>Ativos</b>	<b>3.863</b>	<b>4.242</b>
Disponibilidades (Banco Mercantil)	120	109
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Banco Mercantil)	3.684	4.067
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Banco Mercantil/Banco Mercantil de Investimentos/Mercantil do Brasil Distribuidora)	59	66
<b>(Passivos)</b>	<b>(19)</b>	<b>(1.233)</b>
Valores a pagar à Sociedades Ligadas (Banco Mercantil)	(19)	(1.231)
Outros Passivos (Banco Mercantil)	-	(2)
<b>Receitas / (Despesas)</b>	<b>Dez / 2024</b>	<b>Dez / 2023</b>
Receitas / (Despesas) da Intermediação Financeira (Banco Mercantil)	350	383
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	<b>611</b>	<b>363</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Banco Mercantil/Banco Mercantil de Investimentos/ Mercantil Financeira)	862	657
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) - vide nota nº 12.3.	(251)	(294)

### 13.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

A Corretora dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa da Diretoria da Mercantil do Brasil Corretora S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2024, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 500.

A remuneração fixa dos administradores é composta de honorários da Diretoria (vide nota nº 12.2.).

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores**

Até 31 de dezembro de 2024, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

### 13.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a membros da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

## 14. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL

Na Corretora, o gerenciamento de riscos e gestão do capital e cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com seu Controlador.

### - Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI).

### - Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 18,1% (17,0% em dezembro de 2023), perante um mínimo requerido de 8,00%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

#### - Razão de Alavancagem

Na Corretora, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI).

#### - Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

Na Corretora, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, a Mercantil do Brasil Corretora S.A. dispõe de políticas aprovadas pela Diretoria.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI).

#### - Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos principais instrumentos financeiros:

Descrição	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>		
<b>Nível 1</b>	<b>5.439</b>	<b>5.439</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.684	3.684
Títulos e Valores Mobiliários – LFT	1.755	1.755
<b>Nível 2</b>	<b>17.180</b>	<b>17.180</b>
Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundos	15.774	15.774
Outros Ativos Financeiros	1.406	1.406
<b>Total em 31/12/2024</b>	<b>22.619</b>	<b>22.619</b>
<b>Total em 31/12/2023</b>	<b>25.422</b>	<b>25.422</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		
<b>Nível 3</b>		
Outros Depósitos	1.022	1.022
Outros Passivos Financeiros	1.406	1.406
<b>Total em 31/12/2024</b>	<b>2.428</b>	<b>2.428</b>
<b>Total em 31/12/2023</b>	<b>5.426</b>	<b>5.426</b>

## 15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) No primeiro semestre de 2024, a administração destes recursos foi transferida para outra empresa do Grupo Mercantil (Mercantil do Brasil Distribuidora – DTVM). Em dezembro de 2023, a Corretora era responsável pela administração de recursos próprios e de terceiros no montante de R\$ 334.807.

b) A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, a Corretora apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis a Instituição.

Assim, o Controlador divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2024 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* ([www.bancomercantil.com.br](http://www.bancomercantil.com.br)), no *site* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br/pt\\_br/](http://www.b3.com.br/pt_br/)).

**MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A.**  
Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

---

**DIRETORIA**

**DIRETOR-PRESIDENTE**  
Athaíde Vieira dos Santos

**DIRETORA**  
Valéria de Araújo Foresti Ribeiro

---

**CONTADOR**

Anderson Guedes Inocêncio  
CRC – MG 077029/O-7

**MERCANTIL**

Corretora S.A.  
Câmbio, Títulos e  
Valores Mobiliários